



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO

Simulado Especial

TRT PR

Analista Judiciário - Área Judiciária
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT PR Analista Judiciário – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT PR;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-PR-Analista-23-07>

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Patrícia Manzato

Instrução: As questões 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.

Filiação. O contato com o Brasil Caraíba. Ori Villegaignon print terre. Montaigne. Ohomem natural. Rousseau. Da Revolução Francesa ao Romantismo, à Revolução Bolchevista, à Revolução Surrealista e ao bárbaro tecnizado de Keyserling. Caminhamos..

Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo. Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará.

Mas nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós.

Contra o Padre Vieira. Autor do nosso primeiro empréstimo, para ganhar comissão. O rei-analfabeto dissera-lhe : ponha isso no papel mas sem muita lábia. Fez-se o empréstimo. Gravou-se o açúcar brasileiro. Vieira deixou o dinheiro em Portugal e nos trouxe a lábia.

O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vacina antropofágica. Para o equilíbrio contra as religiões de meridiano. E as inquisições exteriores.

Só podemos atender ao mundo orecular.

Tínhamos a justiça codificação da vingança. A ciência codificação da Magia. Antropofagia. A transformação permanente do Tabu em totem.

Contra o mundo reversível e as ideias objetivadas. Cadaverizadas. O stop do pensamento que é dinâmico. O indivíduo vitima do sistema. Fonte das injustiças clássicas. Das injustiças românticas. E o esquecimento das conquistas interiores.

Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros..

O instinto Caraíba.

Morte e vida das hipóteses. Da equação eu parte do Cosmos ao axioma Cosmos parte do eu. Subsistência. Conhecimento. Antropofagia. Contra as elites vegetais. Em comunicação com o solo.

Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval. O índio vestido de senador do Império. Fingindo de Pitt. Ou figurando nas óperas de Alencar cheio de bons sentimentos portugueses.

Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade de ouro.

Adaptado de ANDRADE, Oswald de. "Manifesto antropofágico". Disponível em <<https://pib.socioambiental.org>>

01. O discurso do autor, ao retomar elementos da história do país, tem a função de

- a) enfatiza a manutenção dos padrões impostos desde Montaigne e Rousseau.
- b) leva em conta, como critério fundamental, a exaltação da língua pátria.
- c) enfatiza a sua oposição aos padrões e histórias impostas de dependência.
- d) aponta como único caminho para o desenvolvimento a aceitação à história.
- e) salienta a importância que a Europa teve no desenvolvimento da nação.

02. O autor recorre a uma expressão paradoxal no seguinte trecho:

- a) Da Revolução Francesa ao Romantismo, à Revolução Bolchevista (...) (parágrafo 1);
- b) Tínhamos a justiça codificação da vingança. (...) (parágrafo 7);
- c) Contra o mundo reversível e as ideias objetivadas. (parágrafo 8);
- d) Morte e vida das hipóteses. (parágrafo 11);
- e) Nunca fomos catequizados. (parágrafo 12).

03. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Criou-se uma imagem nostálgica dos índios e da Colônia que ainda se perpetuava no início do século XX.
- b) Não se trata de reconstruir a história, mas de mostrá-la sem filtros ou narrativas.
- c) Era de se esperar que houvessem diferenças entre a visão portuguesa, da metrópole, e a brasileira, de colônia.
- d) Fossem menos fantasiosas as narrativas dos séculos XVIII e XIX, possivelmente hoje não tivéssemos uma visão tão distorcida.
- e) Ainda que os autores do século XX viessem a pensar de forma diferente, o sistema continuaria a difundir as narrativas fantasiosas.

04. E o esquecimento das conquistas interiores. (8º parágrafo).

O termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- a) viscerais;
- b) nucleares;
- c) figurativas;
- d) nacionais;
- e) extremas.

05. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que se espere, não tem história que sejam mudados seus heróis.
- b) O autor está convicto sobre as consequências da imposição de versões, padrões e convenções por parte europeia no país.
- c) Reforçam-se no texto que a dependência da Colônia não refletiu a realidade deste povo.
- d) A não ser que houvessem outros meios de conquistas, restam à Colônia a dependência e submissão.
- e) Às submissão e dependência da Colônia deve corresponder seu retorno financeiro e de poder para a metrópole.

Instrução: As questões 6 a 9 referem-se ao texto abaixo.

Pneumotórax

Febre, hemoptise, dispneia e suores noturnos.

A vida inteira que podia ter sido e que não foi.

Tosse, tosse, tosse.

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.
- Trinta e três... trinta e três... trinta e três...
- Respire.

— O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

— Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?

— Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.

Manuel Bandeira

06. No poema, o eu lírico mostra-se, sobretudo,

- a) nostálgico;
- b) esperançoso;
- c) irônico;
- d) melancólico;
- e) inconformado.

07. A vida inteira que podia ter sido e que não foi.

Os termos sublinhados podem ser substituídos, sem prejuízo para o sentido, por:

- a) *poderia ser*;
- b) *pudera ser*;
- c) *pudesse ter sido*;
- d) *puder ter sido*;
- e) *possa vir a ser*.

08. A pontuação se mantém correta no seguinte segmento adaptado do texto:

- a) Agora é possível entender, porque da nostalgia do eu-lírico.
- b) O eu-lírico, sentia tanta falta de viver a vida intensamente que caía na melancolia.
- c) Não se havia notícia, de como as pessoas curavam doenças com o pneumotórax .
- d) Percebe-se que a melancolia é um sentimento ambíguo - Para alguns é sinônimo de nostalgia, e para outros, em contraste, remete à depressão.
- e) Indignado, o médico utiliza-se da ironia frente a esperança do paciente ao tentar encontrar solução para seu problema.

09. O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

— Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?

Ao se transpor o trecho acima para o discurso indireto, os termos sublinhados assumem as seguintes formas:

- a) teria – infiltrado – seria;
- b) teria – infiltrar – era;;
- c) teria – infiltrado – era;
- d) tinha – infiltrado – era;
- e) tinha – infiltrar – seria;

10. *A esperança é o único bem comum I todos os homens; II que nada mais têm - ainda III possuem.*

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III da frase acima:

- a) a – àqueles – à
- b) a – aqueles – a
- c) há – àqueles – à
- d) há – aqueles – a
- e) à – aqueles – a

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO-LÓGICO

Carlos Henrique

11. Em um certo TRT, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a

- a) 28
- b) 34
- c) 51
- d) 56
- e) 68

12. Anelise e Bernardete possuem juntas R\$ 2.460,00. Anelise gastou $\frac{2}{5}$ desse dinheiro e Bernardete gastou $\frac{5}{9}$ do que sobrou. Comparando o dinheiro que sobrou ao final dos gastos com o dinheiro que elas tinham juntas antes dos gastos, houve uma redução de

- a) R\$ 1.736,00.
- b) R\$ 1.804,00.
- c) R\$ 1240,00.
- d) R\$ 1.464,00.
- e) R\$ 1.936,00.

13. Após vender uma lancha, Ramiro dividiu totalmente a quantia que recebeu em pagamento entre sua esposa, seus dois filhos e sua sobrinha. A divisão foi feita do seguinte modo:

- a filha e o filho receberam a metade do total na razão de 4 para 3, respectivamente;
- sua esposa Maria recebeu o dobro do valor recebido pelo filho;
- a sobrinha recebeu R\$ 15.000,00

Nessas condições, a quantia total recebida pela venda de tal imóvel foi:

- a) R\$ 140.000,00
- b) R\$ 154.000,00
- c) R\$ 210.000,00
- d) R\$ 224.000,00
- e) R\$ 280.000,00

14. Num certo ano, o primeiro dia caiu numa terça-feira e o último dia caiu numa quarta-feira. Neste ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio caiu em um(a):

- a) quarta-feira
- b) quinta-feira
- c) sexta-feira
- d) sábado
- e) domingo

Baseado no texto abaixo, resolva as questões 15 e 16

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens seguintes:

15. Depois da saída das mulheres, qual é nova porcentagem de homens?

- a) 62,5%
- b) 84%
- c) 60%
- d) 64,5%
- e) 37,5%

16. Qual é a quantidade original de pessoas na reunião?

- a) 340
- b) 380

<p>c) 370 d) 360 e) 350</p> <p>17. A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi:</p> <p>a) 417 b) 390 c) 117 d) 286 e) 142</p> <p>18. Se não é verdade que, no mês passado, em todos os sábados, se chovia, Roberto ia à igreja, então, no mês passado,</p> <p>a) em nenhum sábado que não fez chover, Roberto foi à igreja. b) em todos os sábados que não choveu, Roberto não foi à igreja. c) houve pelo menos um sábado em que não choveu e Roberto foi à igreja d) em todos os sábados, choveu e Roberto foi à igreja e) houve ao menos um sábado que choveu e Roberto não foi à igreja</p> <p>19. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.</p> <p>I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira. II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico. III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.</p>	<p>IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.</p> <p>A partir dessas informações, é correto afirmar que</p> <p>a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira. b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado. c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro. d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto. e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.</p> <p>20. Poliana pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava adiantado 5 minutos. Fátima pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava atrasado 5 minutos. Logo depois, as duas se encontraram e o relógio de Poliana marcava 10 horas. Neste momento, que horas marcava no relógio de Fátima?</p> <p>a) 9:35 b) 9:45 c) 9:55 d) 9:50 e) 10:05</p> <hr/> <p style="text-align: center;">DIREITO DO TRABALHO</p> <hr/> <p style="text-align: right;">Antônio Daud</p> <p>21. Na extinção do contrato de trabalho por acordo,</p> <p>a) as férias proporcionais deverão ser pagas pela metade. b) as férias proporcionais deverão ser pagas integralmente. c) as férias simples deverão ser pagas pela metade. d) a indenização sobre o FGTS deverá ser paga integralmente. e) o aviso prévio deve ser pago integralmente, seja trabalhado ou indenizado, uma vez que este se projeta no contrato de trabalho.</p> <p>22. Sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores domésticos, julgue os itens abaixo:</p> <p>I. A CF, por meio da EC 72/2013, não estendeu às trabalhadoras domésticas a proteção ao mercado de trabalho da mulher. II. Apesar do entendimento doutrinário existente, a Constituição Federal não estendeu aos trabalhadores</p>
---	---

domésticos a prescrição bienal e quinquenal aplicável aos trabalhadores urbanos e rurais.

III. Mesmo com a promulgação da EC 72/2013, os trabalhadores domésticos não possuem direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade assegurado constitucionalmente.

Está correto APENAS o que se diz nos itens:

- a) I.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

23. Julgue os itens abaixo em relação às alterações no contrato de trabalho:

I. Em decorrência do princípio da inalterabilidade contratual lesiva, o poder diretivo do empregador é restringido de modo a nunca alterar as condições de trabalho.

II. O limite imposto ao jus variandi do empregador impede alterações relativas à função, ao salário e ao local da prestação dos serviços.

III. As alterações do contrato de trabalho classificam-se em subjetivas e objetivas. As alterações subjetivas são aquelas que alteram os sujeitos do contrato de trabalho, no caso, o empregador.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

24. Julgue os itens abaixo:

I. O cometimento de assédio moral por parte do empregador pode ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho.

II. A exigência de serviços de empregada, por parte do empregador, que requeiram força muscular superior a 20 quilos para o trabalho ocasional pode ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho.

III. A extinção do contrato de trabalho por culpa recíproca ocorre quando tanto empregador quanto empregado

dão causa à extinção do contrato, ou seja, ambas as partes praticam condutas ensejadoras da rescisão. Neste caso, o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio, 50% do saldo de salário e 50% das férias proporcionais.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) I e II.

25. Acerca do trabalho realizado em horário noturno, julgue os itens abaixo:

I. Os trabalhadores nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo não têm direito à hora noturna reduzida.

II. Em decorrência da igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso, o TST tem entendido que os trabalhadores portuários, regidos por lei específica, também têm direito à hora noturna reduzida.

III. O TST tem entendido que os vigias que laboram em período noturno, assim como os trabalhadores em turnos ininterruptos de revezamento, têm reconhecido o direito à hora ficta.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

26. Segundo entende o TST, a supressão de horas extras praticadas pelo empregado há 1 ano ou mais dá direito a:

- a) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, apenas para cada ano completo.
- b) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

- c) não há direitos incorporados, já que trata-se de salário condição.
- d) indenização correspondente ao valor de 1 (um) ano das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.
- e) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas totalmente, apenas, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

27. Caso o empregado seja contratado e posteriormente seja convocado para o serviço militar obrigatório, o tempo de serviço anterior à apresentação

- a) não será computado para fins de férias.
- b) será incluído no seu período concessivo de férias desde que ele retorne dentro de 30 dias da baixa.
- c) será incluído no seu período concessivo de férias desde que ele retorne dentro de 90 dias da baixa.
- d) será incluído no seu período aquisitivo de férias desde que ele retorne dentro de 30 dias da baixa.
- e) será incluído no seu período aquisitivo de férias desde que ele retorne dentro de 90 dias da baixa.

28. Julgue os itens abaixo sobre férias:

- I. As férias serão adquiridas por ato do empregador, em um só período, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho.
- II. A época de concessão de férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador.
- III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.
- IV. No caso de férias coletivas, só será devido o pagamento de abono de férias quando previsto em acordo coletivo de trabalho.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e IV.

29. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões

- a) imediatamente anteriores a cinco anos anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato.
- b) imediatamente anteriores a dois anos, contados da data do ajuizamento da reclamação.
- c) imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação.
- d) imediatamente anteriores a dois anos anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato.
- e) anteriores a cinco anos anteriores ao quinquênio da data do ajuizamento da ação, os quais somados aos dois anos subsequentes à cessação podem chegar a sete anos.

30. Julgue os itens abaixo acerca da insalubridade e da periculosidade:

- I. São consideradas insalubres as atividades do trabalhador em motocicleta.
- II. É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício vertical, em pavimento distinto daquele onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal.
- III. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

31. De acordo com o entendimento pacífico da jurisprudência do TST,

- a) inexistente previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte à audiência.
- b) pessoa jurídica de direito público não se sujeita à revelia.

- c) a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, salvo se presente seu advogado munido de procuração específica.
- d) diante da gravidade do ato, a revelia da reclamada não pode ser ilidida.
- e) a revelia produz confissão na ação rescisória.

32. Considerando que o processo pode ser entendido como uma sequência ordenada de atos que devem seguir procedimentos e prazos previstos em lei, no Processo Judiciário do Trabalho, segundo normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e entendimentos sumulados do Tribunal Superior do Trabalho,

- a) intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e, a contagem, no subsequente.
- b) em qualquer situação a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia de feriado, não havendo necessidade de urgência ou determinação legal expressa.
- c) quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado, a partir deste dia porque se trata de dia útil forense.
- d) presume-se recebida a notificação vinte e quatro horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- e) o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em feriado, final de semana, ou em dia que não houver expediente forense, não se prorroga até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente.

33. Em relação aos prazos no processo do trabalho, é entendimento jurisprudencial dominante:

- a) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) Os prazos que se vencerem em sábado ou domingo, terminarão na segunda-feira seguinte.
- c) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará na segunda-feira imediata, e a contagem, na terça-feira.

d) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.

e) Não se aplica o prazo em dobro para a interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.

34. Conforme legislação própria quanto às audiências no Processo Judiciário Trabalhista,

- a) o juiz manterá a ordem nas audiências, mas não poderá mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem em razão do caráter de publicidade que reveste esse ato processual, devendo no caso, adiar a sessão.
- b) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações, nesse caso, não obrigarão o proponente.
- c) serão públicas e realizadas nos dias úteis das seis às vinte horas.
- d) se, até quinze minutos após a hora marcada, o juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar de registro próprio.
- e) não poderão ultrapassar três horas seguidas, ainda que haja matéria urgente.

35. Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.

d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.

e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

36. O art. 818 da CLT estabelece que a prova das alegações incumbe à parte que as fizer. Em se tratando da prova e do ônus da prova no processo do trabalho, com base na CLT e no entendimento das Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST, extrai-se:

a) Em se tratando de reclamação trabalhista com pedido de adicional de insalubridade, a realização de perícia será obrigatória diante da determinação legal do art. 195 da CLT, podendo, contudo, o julgador utilizar-se de outros meios de prova quando desativado o local de trabalho do reclamante ou encerrada a atividade da empresa.

b) Tendo em vista o princípio da autodeterminação coletiva, previsto no art. 7, XXVI da CF, a presunção de veracidade da jornada de trabalho, quando prevista em instrumento normativo, não pode ser elidida por prova em contrário.

c) Cabe ao empregado, em reclamação trabalhista, o ônus da prova de demonstrar que satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte.

d) Uma vez negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado o ônus de provar o término do contrato de trabalho por iniciativa do empregador, na medida em que a CLT estabelece que a prova das alegações incumbe à parte que as fizer.

e) Em matéria de horas extras, na hipótese de aplicada a confissão ao reclamado que, expressamente intimado com aquela cominação, não compareceu à audiência, na qual deveria depor, o indeferimento da oitiva de testemunha convidada pelo demandado caracterizará cerceamento ao seu direito de defesa, pois a presunção de veracidade da jornada de trabalho pode ser elidida por prova em contrário.

37. Sobre a prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar:

a) O depoimento das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz. Pessoa surda-muda não pode ser testemunha

b) As testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou pelas partes, seus representantes ou advogados.

c) O número máximo de testemunhas para cada parte varia conforme o rito processual: três testemunhas no rito ordinário, duas testemunhas no rito sumaríssimo, uma testemunha no rito sumário e seis testemunhas no inquérito para apuração de falta grave.

d) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

e) Somente serão ouvidas pelo juiz as testemunhas indicadas pela parte em rol específico, e devidamente intimadas para a audiência.

38. A Empresa M, insatisfeita com a sentença que julgou parcialmente procedente na reclamação trabalhista movida por A, interpôs Recurso Ordinário no quinto dia de seu prazo. No oitavo dia, pagou e protocolizou petição juntando as uias de custas processuais e da efetivação do depósito recursal, com os valores corretos. Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será

a) recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

b) considerado deserto, negado o seu recebimento, uma vez que deveria ser interposto juntamente com as guias de depósito recursal, sendo que a sua antecipação prejudica a dilação legal.

c) recebido, uma vez que a empresa não tem obrigação de comprovar o depósito recursal, por ter perdido parcialmente a demanda.

d) considerado deserto, negado o seu recebimento, pois o depósito recursal deveria ter sido realizado perante a instituição bancária no mesmo dia da interposição do recurso, mesmo que a comprovação fosse feita posteriormente.

e) recebido, pois a regra de que a interposição antecipada prejudica a dilação legal no tocante à comprovação do depósito recursal só se aplica aos Recursos de Revista.

39. As empresas A e B foram condenadas solidariamente na reclamação trabalhista Z pretendendo ambas as empresas interpor Recurso Ordinário. A empresa A interpôs Recurso Ordinário no quinto dia do prazo recursal e depositou o valor do depósito recursal de forma integral. Neste caso, o depósito recursal

- a) efetuado pela empresa A não aproveita a empresa B, em nenhuma hipótese, uma vez que o depósito recursal possui caráter personalíssimo.
- b) efetuado pela empresa A aproveita a empresa B, exceto se aquela pleiteia sua exclusão da lide.
- c) efetuado pela empresa A aproveita a empresa B, exceto se as empresas possuem procuradores distintos.
- d) é devido na proporção de 50% para cada empresa, sendo que o depósito integral da empresa A, não exime a empresa B de efetuar o depósito da sua parte, podendo a empresa A requerer o levantamento da parte que depositou a maior.
- e) é devido na proporção de 50% para cada empresa, sendo que o depósito integral da empresa A, exime a empresa B de efetuar o depósito da sua parte.

40. Em relação à liquidação da sentença e à execução no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- b) Somente as decisões passadas em julgado e os acordos, quando não cumpridos, poderão ser executados na Justiça do Trabalho.
- c) Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 8 dias, sob pena de preclusão.
- d) Requerida a execução, o juiz ou Presidente do Tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo, ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, exceto de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 72 horas ou garanta a execução.

e) Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á a penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da condenação, sem os acréscimos de custas e juros de mora.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Com relação à eficácia da lei do tempo, assinale a alternativa correta.

- a) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias após oficialmente publicada.
- b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação do seu texto, destinada a correção, o prazo de *vacatio legis* que se encontrava em curso continuará a correr da nova publicação.
- c) A lei posterior revoga a anterior quando regula inteiramente a matéria de que esta tratava.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, revoga a lei geral anterior.
- e) A reprivatização é um fenômeno não admitido pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

42. Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- b) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer uma delas pode alegá-lo para anular o negócio ou reclamar indenização.
- c) São anuláveis os negócios jurídicos viciados por coação exercida por terceiro, ainda que a parte que dela se aproveite não tenha conhecimento da ameaça.
- d) O estado de perigo dispensa o requisito do dolo de aproveitamento para que possa se configurar.
- e) Os negócios jurídicos viciados por fraude contra credores poderão ser anulados pelos credores quirografários cujos créditos tenham sido constituídos posteriormente ao ato fraudulento.

43. Com relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, sub-roga-se nos direitos do credor.
- b) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- c) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, o credor poderá ser compelido a receber por partes, independentemente de qualquer ajuste nesse sentido.
- d) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- e) Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes não se presumem pagos.

44. Com relação ao contrato de prestação de serviço, assinale a alternativa correta.

- a) Se o prestador não souber ler nem escrever, o contrato deverá ser subscrito em cartório, na presença de três testemunhas.
- b) A retribuição será paga antes de prestado o serviço, salvo se, por convenção ou costume, houver de ser adimplida posteriormente à sua execução, ou em prestações.
- c) A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de 5 anos.
- d) Não havendo prazo estipulado, o prestador poderá resolver o contrato, dando aviso prévio com antecedência de 15 dias, se o salário tiver sido ajustado por período mensal.
- e) O contrato de prestação de serviço acaba com a morte de qualquer das partes.

45. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa locadora de veículos responde subsidiariamente com o locatário pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado.
- b) Os juros moratórios fluem a partir da citação, em caso de responsabilidade extracontratual.
- c) A empresa não responde, perante o cliente, pela reparação de dano no veículo ocorrido em seu estacionamento.

- d) No transporte de simples cortesia, o transportador responde por danos causados ao transportado caso tenha procedido com dolo ou culpa grave.
- e) Simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. A respeito da citação, assinale a alternativa correta:

- a) quando o citando for mentalmente incapaz, a citação será feita por oficial de justiça, o qual descreverá e certificará a ocorrência.
- b) apenas as empresas públicas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações.
- c) a citação será feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado.
- d) não se faz a citação de quem está participando de ato de culto religioso, salvo para evitar o perecimento de direito.
- e) nas ações de estado, a citação é feita por meio eletrônico.

47. Sobre a estabilização da tutela antecipada, assinale a alternativa correta:

- a) quando a decisão de tutela antecipada se tornar estável, o processo será suspenso.
- b) a parte beneficiária da demanda não pode demandar a revisão ou reforma da tutela antecipada estabilizada.
- c) o direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada extingue-se após 4 anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- d) a tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão proferida em ação rescisória.
- e) a decisão que concede a tutela não fará coisa julgada e a estabilidade dos respectivos efeitos pode ser afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar.

48. NÃO é situação de rejeição liminar dos embargos à execução:

- a) quando os embargos forem intempestivos.
- b) quando for o caso de improcedência liminar do pedido.
- c) quando for o caso de indeferimento liminar da inicial.
- d) quando houver manifesto propósito protelatório.
- e) quando um dos fundamentos dos embargos for o excesso de execução e o embargante não apontar o valor que entende correto.

49. Ao receber uma petição inicial, o juiz verifica que a única pretensão veiculada está prescrita. Nesse caso, o juiz deve:

- a) julgar o pedido liminar improcedente, sendo que deve ser oportunizada à parte autora a possibilidade de demonstrar que não ocorreu a prescrição.
- b) julgar antecipadamente parte do mérito, mas não extinguir o processo de plano.
- c) determinar a emenda da petição inicial no prazo de 15 dias.
- d) indeferir a petição inicial.
- e) determinar a citação do réu, pois o juiz não pode conhecer da prescrição de ofício.

50. Sobre a prova emprestada, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz que utilizar a prova emprestada é obrigado a dar à prova o mesmo valor probatório que lhe foi conferido na ação original.
- b) exige-se que a prova a ser emprestada tenha sido produzida em processo entre as mesmas partes daquele processo em que se pretende utilizar a prova.
- c) a prova emprestada promove a observância dos princípios da economia processual e da eficiência da prestação jurisdicional.
- d) só é possível a utilização de prova emprestada quando for impossível a repetição da prova no novo processo.
- e) o instituto da prova emprestada não é admitido no ordenamento jurídico brasileiro, pois viola o princípio do juiz natural.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

51. Levando em consideração a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a temática das ações constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública.
- b) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- c) O habeas data é via processual adequada ao atendimento de pretensão do autor de sustar a publicação de matéria em sítio eletrônico.
- d) O trânsito em julgado não impede a impetração do mandado de segurança contra decisão judicial.
- e) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.

52. A respeito dos direitos fundamentais, assinale o item incorreto.

- a) O direito de petição é um remédio administrativo, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público.
- b) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.
- c) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, não existe no Brasil, como regra geral, a “jurisdição condicionada” ou “instância administrativa de curso forçado”.
- d) A CF assegura o princípio da irretroatividade da lei ao dispor que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Entretanto, tal dispositivo não impede que o Estado crie leis retroativas, desde que favoráveis aos indivíduos.
- e) O princípio do juiz natural impede a criação de juízos de exceção ou “ad hoc”, criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato.

53. De acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, é competência:

- a) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) privativa da União.
- c) exclusiva dos Estados.
- d) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- e) exclusiva da União.

54. Em relação aos Tribunais Regionais do Trabalho, analise os itens abaixo:

I. Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

II. Um quinto dos membros dos Tribunais Regionais do Trabalho são escolhidos entre juízes do trabalho, promovidos, de forma alternada, por antiguidade e merecimento.

III. Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

55. A respeito da estrutura e competência dos Poderes executivo, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Senado Federal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- b) Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os

Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

- c) É competência vinculada e não discricionária do Presidente permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- d) Compete ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a sua posse, as contas referentes ao exercício anterior;
- e) O presidente da República e o vice não poderão ausentar-se do país, por período superior a 15 dias, sem licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo. Essa autorização deverá ser realizada através de lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

56. Em relação aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A aplicação da sanção de suspensão a servidor público decorre do poder de polícia.
- b) Sujeitam-se ao exercício do poder disciplinar aqueles alcançados pela disciplina interna da Administração, quer sejam servidores públicos ou particulares com vínculo específico com a Administração.
- c) O abuso de poder admite apenas a forma comissiva.
- d) Ao exercer o poder regulamentar, o Poder Executivo poderá contrariar a lei se tiver como finalidade o bem comum dos brasileiros.
- e) Os decretos autônomos têm por objetivo permitir a fiel execução da lei.

57. A respeito da discricionariedade e da vinculação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) O mérito administrativo consiste no poder conferido ao administrador público para decidir sobre a oportunidade e a conveniência da prática de um ato vinculado.
- b) Nos atos discricionários, o gestor público terá liberdade para valorar a causa e o conteúdo do ato administrativo, permitindo-se que ele extrapole os limites legais.
- c) Apenas os atos vinculados admitem controle judicial.

- d) O juízo de mérito, quando existente, recairá sobre os elementos objeto e finalidade do ato administrativo.
- e) Nos atos vinculados ou regrados, a lei define de maneira exaustiva a conduta do gestor, de sorte que não há espaço para qualquer juízo de mérito por parte do administrador público.

58. Ao se detectar infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, após a devida apuração dos fatos, a autoridade administrativa

- a) está exercendo poder de polícia administrativa.
- b) não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.
- c) pode aplicar a demissão, ainda que a apuração tenha ocorrido exclusivamente por meio de sindicância.
- d) sujeita-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- e) deverá absolver o acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas quanto à sua autoria.

59. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- b) Em regra, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes causadores de danos, a não ser nos casos expressamente declarados em lei.
- c) O Estado responde civilmente por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício, ainda que não tenha violado seu dever de agir na concessão da licença ou tenha empreendido fiscalização com as devidas as cautelas legais.
- d) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção, o Estado responderá pela morte do detento nos termos considerados na teoria da culpa administrativa.

- e) A Constituição Federal adota a teoria da responsabilidade objetiva do Estado na modalidade risco integral.

60. É hipótese de dispensa de licitação à luz da Lei 14.133/2021:

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.
- b) contratação de remanescente de obra em consequência de rescisão contratual.
- c) construção de estabelecimentos penais.
- d) manutenção de veículos automotores em valores inferiores a R\$108.040,82.
- e) contratação de artista consagrado.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-PR-Analista-23-07>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>